

CAPÍTULO 16

SAÚDE MENTAL E RACISMO: DO ESPECTÁCULO DA VIOLÊNCIA POLICIAL A CRIMINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Armando Luís de Oliveira

INTRODUÇÃO

"O negro não é um homem, é um homem negro" (Frantz Fanon). "Só os pés do viajante conhecem o caminho" (Provérbio africano). Ora, o tema abordado neste artigo é a relação entre saúde mental e racismo, especificamente focando na criminalização do corpo negro no Brasil. Este fenômeno histórico e sistêmico, presente nas estruturas sociais e institucionais, reflete-se na marginalização da população negra, sendo intensificado pela violência policial e pela sobre-representação de negros no sistema carcerário (Nascimento, 1980).

A criminalização do corpo negro não apenas resulta em exclusão social e violência, mas também provoca impactos significativos na saúde mental dos indivíduos, gerando distúrbios psicológicos, como o sofrimento mental coletivo e a internalização do racismo, que afeta a identidade e autoestima dos negros (Fanon, 2008).

OBJETIVO

Objetivo Geral: Analisar os impactos do racismo estrutural e da criminalização do corpo negro na saúde mental da população negra no Brasil, destacando as consequências psicológicas e sociais desses fenômenos. Objetivos Específicos: • Investigar como o racismo estrutural se manifesta nas instituições brasileiras e seus efeitos na saúde mental da população negra. • Examinar a relação entre violência policial, necropolítica e o adoecimento mental em comunidades negras. • Explorar os reflexos psíquicos da criminalização do corpo negro, incluindo o "auto-ódio" e a internalização do racismo. • Discutir os efeitos psicossociais da exclusão social e do sofrimento coletivo gerado pelo racismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo realiza uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar a relação entre racismo estrutural, violência policial e saúde mental da população negra no Brasil, articulando as dinâmicas de poder, os processos de subjetivação racializada e os mecanismos de necropolítica que permeiam essas relações. A revisão parte do pressuposto de que o racismo institucional e a criminalização do corpo negro produzem efeitos profundos no sofrimento psíquico, desde a internalização do estigma até a perpetuação de traumas coletivos intergeracionais, conforme discutido por autores como Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2018). Para

garantir uma análise abrangente e atualizada, a revisão sistemática foi conduzida sem delimitação rígida de período, mas com ênfase em estudos publicados relevantes, de modo a captar as discussões mais recentes sobre o tema, sem negligenciar obras clássicas fundamentais para a compreensão da problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ora, a análise desta pesquisa evidenciou que o racismo estrutural, como fenômeno intrínseco às instituições sociais, políticas e econômicas, constitui um dos pilares centrais na perpetuação das desigualdades raciais no Brasil e em muitas outras sociedades ao redor do mundo (Almeida, 2019). Esse fenômeno, muitas vezes invisível, não se manifesta apenas por meio de atitudes discriminatórias individuais, mas se reflete nas estruturas e práticas cotidianas que são institucionalizadas ao longo do tempo, mantendo a marginalização e a subordinação de grupos raciais, em particular a população negra.

A compreensão do racismo estrutural exige uma análise que considere o conjunto de práticas e mecanismos que operam nas esferas públicas e privadas, incluindo as áreas de educação, trabalho, saúde e justiça (Nascimento, 1980). A pesquisa demonstrou que o impacto do racismo na saúde mental da população negra vai além de experiências individuais, configurando-se como um problema coletivo.

O sofrimento psicológico decorrente da discriminação racial é cumulativo e sistêmico, manifestando-se através de um desgaste emocional constante que afeta a autoestima, as relações sociais e a percepção de si mesmo (Bento, 2007; Santos, 2023). Esse processo não se limita a episódios isolados de preconceito, mas se manifesta na violência cotidiana de um sistema que naturaliza a exclusão, gerando ansiedade, depressão e outros transtornos mentais que comprometem severamente a qualidade de vida (Souza, 2018). Na prática, o racismo estrutural se materializa em diversas esferas sociais, criando barreiras intransponíveis para a população negra. No acesso à saúde, por exemplo, observa-se que os serviços frequentemente falham em reconhecer as particularidades do sofrimento mental relacionado ao racismo, tratando os sintomas de forma descontextualizada (Silva, 2021).

Profissionais despreparados tendem a negligenciar o componente racial na avaliação psicológica, resultando em diagnósticos imprecisos e tratamentos inadequados que não consideram o trauma histórico e social vivenciado por esses indivíduos (Santos, 2023). Essa falha no acolhimento não apenas agrava os quadros de saúde mental como também reforça a desconfiança da população negra em relação às instituições de saúde, criando um ciclo vicioso de exclusão e adoecimento.

Ora, a violência policial contra a população negra representa uma das manifestações mais evidentes e impactantes do racismo institucionalizado, não apenas no Brasil, mas em diversas sociedades ao

redor do mundo (Souza, 2018). Esse fenômeno não se limita apenas ao uso excessivo da força ou à repressão violenta durante operações policiais, mas se traduz em um ciclo constante de ameaça, medo e terror psicológico que permeia o cotidiano das comunidades negras. A violência policial vai além do ato físico de agressão, refletindo um processo contínuo de dominação e subordinação, onde a população negra é tratada como uma classe vulnerável e constantemente sujeita à violência do Estado (Fanon, 2008).

A conexão entre violência policial e saúde mental é profundamente complexa. O impacto da agressão física por parte das forças policiais transcende as lesões visíveis, atingindo de forma severa a dimensão psicológica das vítimas e criando um cenário de medo permanente que contribui para o surgimento e agravamento de diversos transtornos mentais, incluindo ansiedade generalizada, depressão clínica e estresse pós-traumático (Silveira, 2022). A presença constante de operações policiais em territórios predominantemente negros, associada à visibilidade ostensiva do aparato repressivo nas ruas, gera um ambiente crônico de insegurança e tensão que afeta não apenas os indivíduos diretamente atingidos, mas toda a estrutura comunitária (Fanon, 2008).

Os efeitos deletérios dessa violência institucional possuem uma duração prolongada e, em muitos casos, se perpetuam por gerações sucessivas, criando um legado de trauma coletivo que compromete gravemente a saúde mental de populações inteiras. A atuação do Estado na produção e manutenção da violência policial contra corpos negros se manifesta através de mecanismos de controle que determinam quem pode viver e quem deve morrer, frequentemente baseados em critérios racializados e socialmente excludentes (Mbembe, 2018).

Na realidade brasileira, a necropolítica se materializa de forma especialmente visível nas políticas de segurança pública, onde as operações policiais são desproporcionalmente direcionadas para áreas habitadas por populações negras e periféricas. Essa dinâmica não se restringe à esfera da morte física, mas se estende para o controle minucioso sobre a vida cotidiana dessas comunidades, que permanecem sob a ameaça constante de violência estatal (Mbembe, 2018).

A violência policial opera, portanto, não apenas como instrumento de repressão imediata, mas como dispositivo eficaz de subjugação psicológica, criando um estado permanente de sofrimento mental que se irradia por toda a estrutura social (Fanon, 2008). A experiência de existir sob a ameaça constante da violência institucionalizada gera uma forma particular de trauma, mais complexa e duradoura que aquela produzida por eventos isolados de agressão. O conceito de "violência de expectativa", cunhado por Fanon (2008), descreve precisamente esse medo crônico de se tornar vítima da violência policial a qualquer momento - um temor que se enraíza no cotidiano das comunidades negras e se traduz em um estado psicológico de alerta permanente.

CONCLUSÃO

Portanto, observamos que a criminalização do corpo negro no Brasil, embora seja um fenômeno multifacetado, tem suas raízes profundamente fincadas no racismo estrutural que permeia todas as esferas da sociedade. As implicações desse processo vão além das questões jurídicas e policiais, estendendo-se para a saúde mental e o bem-estar social da população negra, que, ao longo de décadas, tem sido alvo de uma marginalização persistente e violenta (Gonzalez, 2019).

A superrepresentação de negros no sistema carcerário, associada à constante vigilância policial e à marginalização social, reflete não apenas as desigualdades sociais e econômicas que enfrentam, mas também os danos psicológicos profundos que resultam dessa criminalização. O sofrimento psíquico causado por essa realidade não se limita ao indivíduo, mas é um sofrimento coletivo que permeia as comunidades negras, gerando um ciclo de trauma intergeracional que impacta a autoestima, a identidade e as relações sociais desses indivíduos (Alves, 2020; Ferreira, 2022).

O enfrentamento da criminalização do corpo negro, portanto, exige uma abordagem integrada e multifacetada que envolva a desconstrução das estruturas de racismo institucionalizado, mas também a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso à justiça e a proteção da saúde mental da população negra (Bento, 2007).

É necessário que a sociedade brasileira como um todo reconheça o impacto psicológico e social da marginalização racial e tome medidas concretas para erradicar a discriminação e promover a inclusão. Somente por meio de uma transformação profunda das estruturas sociais, políticas e culturais será possível romper o ciclo de sofrimento e exclusão que afeta as comunidades negras, garantindo-lhes não apenas os direitos civis, mas também o respeito à sua dignidade humana e à sua saúde mental (Almeida, 2019; Silva, 2021; Fanon, 2008).

A luta pela igualdade racial e pela dignidade humana é, sem dúvida, uma das questões mais urgentes da sociedade contemporânea, que exige a colaboração de todos os setores sociais, incluindo o sistema de justiça, as instituições políticas, as academias e, principalmente, as comunidades negras, na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva (Gonzalez, 2019).

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Racismo; Violência Policial; Criminalização; População Negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, D. M. **A Criminalização do Corpo Negro: Reflexões sobre a Prisão e a Construção do Estigma**. São Paulo: Editora UFMG, 2020.

BENTO, Cida. *A Saúde Mental da População Negra: Reflexões e Perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2007.

COSTA, A. A Psique Coletiva da População Negra: Racismo, Violência e Saúde Mental. **Revista de Saúde Mental e Racismo**, v. 8, n. 1, p. 45-58, 2023.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. L. Racismo e Saúde Mental: O Impacto da Discriminação Estrutural no Bem-Estar Psicológico da População Negra. **Psicologia e Sociedade**, v. 34, n. 2, p. 100-112, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

PINTO, R. B. **Racismo Institucional e o Sistema Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2021.

RIBEIRO, D. **A Construção da Identidade Negra e os Efeitos do Racismo na Saúde Mental**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

SANTOS, L. F. **Racismo e Saúde Mental: A Luta pela Dignidade Psíquica da População Negra**. São Paulo: Editora UNESP, 2023.

SILVA, A. O sofrimento invisível: racismo estrutural e as consequências psicológicas para a população negra. **Psicologia e Cultura**, v. 40, n. 5, p. 133-146, 2021.

SILVEIRA, S. F. **O trauma da violência policial: impactos psicológicos no cotidiano das comunidades negras**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022.

SOUZA, Eliane. Saúde Mental e Racismo Estrutural: O Impacto Psíquico da Exclusão Social. **Revista Brasileira de Psicologia**, 45(3), 112-121, 2018.

FINANCIAMENTO

É com imensa gratidão que reconheço o apoio fundamental da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por meio da Bolsa Nota 10 no Mestrado. Esta distinção, concedida a alunos de excelência acadêmica, foi determinante para a realização deste artigo.

A Bolsa Nota 10 da FAPERJ representou muito mais que um apoio financeiro - foi um reconhecimento ao rigor acadêmico e um incentivo para aprofundar investigações sobre temas urgentes como racismo estrutural e saúde mental. Através deste fomento, pude dedicar-me integralmente aos estudos, acessar as melhores fontes bibliográficas e participar de eventos científicos que enriqueceram significativamente este trabalho.

À FAPERJ, minha sincera gratidão por valorizar a excelência na pós-graduação fluminense e por acreditar no potencial transformador da pesquisa acadêmica. Esta bolsa foi essencial para consolidar minha trajetória como pesquisador comprometido com a produção de conhecimento que dialogue com os desafios sociais do nosso tempo.